

DESIGUALDADES E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS

O caso de Blumenau, SC

Inequalities and socio-spatial segregation in medium cities

The case of Blumenau, SC

Desigualdades y segregación socioespacial en ciudades medianas

El caso de Blumenau, SC

Cora Destefani de Sousa, Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, coradestefani@gmail.com

Eduarda Vieira Florindo, Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, eduardavieirafl@gmail.com

Isadora Imthon, Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, isadora.ki@gmail.com

Nadine Martignago Saleh, Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, nadinemsaleh@gmail.com

Maria Inês Sugai, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC, m.i.sugai@ufsc.br

RESUMO

Buscando contribuir para a compreensão das desigualdades presentes nas cidades médias brasileiras, este artigo relata resultados parciais de pesquisa que teve como objetivo analisar o processo de consolidação da segregação socioespacial em Blumenau, município industrial catarinense. Buscou-se identificar a dinâmica socioespacial por extremos de rendimento, assim como os fatores ambientais, econômicos, políticos, sociais e investimentos públicos significativos envolvidos nas disputas territoriais. A investigação centrou-se entre os anos 1980 a 2020, quando mudanças nas políticas econômicas e na estrutura produtiva ampliaram as desigualdades socioespaciais. As investigações apontaram alterações na dinâmica socioespacial, com expressivo aumento da informalidade e deslocamento das camadas mais pobres para áreas periféricas e precárias, e a concentração das camadas de mais alta nos bairros centrais e com melhor infraestrutura. As conclusões indicam que a consolidação da segregação espacial na área conurbada de Blumenau teve significativa influência da localização pregressa das indústrias, dos frequentes desastres ambientais e da desigual distribuição dos investimentos públicos. Este estudo visa compreender a dinâmica das desigualdades espaciais nas cidades médias, considerando suas especificidades históricas e socioeconômicas, assim como os desafios e as ações necessárias para garantir a sua redução, a inclusão territorial e a justiça social.

Palavras-chave: segregação urbana, cidades médias, dinâmica intraurbana, desigualdades socioespaciais.

Linha de investigação:

B2_Os Desafios da Cidade e do Território no Século XXI: B2.2_Desigualdades urbanas e segregação socioespacial

ABSTRACT

Seeking to contribute to the understanding of inequalities present in medium-sized Brazilian cities, this article reports partial results of a research that aimed to analyze the process of consolidation of socio-spatial segregation in Blumenau, an industrial municipality in Santa Catarina. We sought to identify the socio-spatial dynamics by income extremes, as well as the environmental, economic, political, social and significant public investments involved in territorial disputes. The investigation focused between the 1980s and 2020s, when changes in economic policies and in the productive structure increased socio-spatial inequalities. The investigations showed changes in socio-spatial dynamics, with a significant increase in informality and displacement of the poorest strata to peripheral and precarious areas, and the concentration of the highest strata in central neighborhoods with better infrastructure. The conclusions indicate that the consolidation of spatial segregation in the conurbated area of Blumenau had a significant influence on the previous location of the industries, the frequent environmental disasters and the unequal distribution of public investments. This study aims to understand the dynamics of spatial inequalities in medium-sized cities, considering their historical and socioeconomic specificities, as well as the challenges and actions necessary to ensure their reduction, territorial inclusion and social justice.

Keywords: urban segregation, medium-sized cities, intra-urban dynamics, socio-spatial inequalities

Line of Investigation:

B2_The Challenges of the City and the Territory in the XXI Century – B2.2_Urban Inequality and Socio-Spatial Segregation

RESUMEN

Buscando contribuir a la comprensión de las desigualdades presentes en las ciudades brasileñas de mediano porte, este artículo relata resultados parciales de una investigación que tuvo como objetivo analizar el proceso de consolidación de la segregación socioespacial en Blumenau, municipio industrial de Santa Catarina. Buscamos identificar las dinámicas socioespaciales por extremos de ingreso, así como las inversiones públicas ambientales, económicas, políticas, sociales y significativas involucradas en disputas territoriales. La investigación se centró entre las décadas de 1980 y 2020, cuando los cambios en las políticas económicas y en la estructura productiva incrementaron las desigualdades socioespaciales. Las investigaciones mostraron cambios en las dinámicas socioespaciales, con un aumento significativo de la informalidad y el desplazamiento de los estratos más pobres a zonas periféricas y precarias, y la concentración de los estratos más altos en barrios centrales con mejor infraestructura. Las conclusiones indican que la consolidación de la segregación espacial en el área conurbada de Blumenau influyó significativamente en la ubicación previa de las industrias, los frecuentes desastres ambientales y la desigual distribución de las inversiones públicas. Este estudio tiene como objetivo comprender la dinámica de las desigualdades espaciales en ciudades medianas, considerando sus especificidades históricas y socioeconómicas, así como los desafíos y acciones necesarias para garantizar su reducción, inclusión territorial y justicia social.

Palabras clave: segregación urbana, ciudades medianas, dinámicas intraurbanas, desigualdades socioespaciales.

Línea de Investigación:

B2_Los Retos de la Ciudad y el Territorio en el Siglo XXI – B2.2_Desigualdad Urbana y Segregación Socio-espacial

1. Introdução

As desigualdades sociais são características estruturais da sociedade capitalista e, no caso brasileiro, os dados de desigualdades econômicas são alarmantes: 23% da renda nacional é apropriada pelo 1% mais rico (Souza, 2018). E, ao contrário do que se preconizava no século passado, o crescimento econômico não reduziu desigualdades ou disseminou o bem-estar social, mas ocorreu um crescente processo de acúmulo do capital, de concentração da riqueza e de aumento das desigualdades. Os significativos estudos de referência que contribuem para a compreensão histórica dessa dinâmica do capitalismo e das ações para a redução das desigualdades sociais abordam, principalmente, as desigualdades de rendimentos, concentração cada vez maior da riqueza e os instrumentos de redistribuição (Piketty, 2014), ou as correlações entre democracia e desigualdade, pelos efeitos redistributivos das políticas públicas (Arretche, 2015; Souza, 2018). Apesar de haver unanimidade de que o enfrentamento das desigualdades envolve múltiplas dimensões, é relativamente pouco investigada a importância das cidades no processo de produção e reprodução das desigualdades. Certamente há contribuições significativas, como de Francisco de Oliveira, que na década de 70 analisou o papel do Estado na criação das cidades brasileiras (2013: 11), evidenciando que as cidades se ergueram pela desigualdade e dela se alimentam.

Esta pesquisa busca contribuir para a compreensão do processo de produção das desigualdades nas cidades, investigando um fenômeno significativo e que expressa essa condição, a segregação socioespacial. Produto do conflito social e fundamental para se entender o processo de produção do espaço urbano capitalista, a segregação tem sido investigada principalmente nas grandes cidades, onde as disputas espaciais e a apartação social muitas vezes se apresentam de maneira mais nítida. A segregação urbana se constitui numa das estratégias utilizadas pela classe dominante que, através de novas fronteiras abertas pelo Estado para o complexo financeiro imobiliário potencializa os ganhos de capital, garantindo o controle econômico e político do espaço urbano (Villaza, 1998; Rolnik, 2019). Portanto, a segregação seria fundamental para manter as relações de poder e para reproduzir as desigualdades espaciais.

Os estudos teóricos e empíricos sobre os processos segregativos vêm sendo analisados principalmente através da investigação do fenômeno nas grandes cidades e suas áreas metropolitanas, e com menor ênfase nas cidades consideradas de médio porte. No entanto, a segregação espacial não é determinada pela dimensão da cidade, mas pelas suas desigualdades sociais, portanto, torna-se fundamental conhecer a dinâmica e as especificidades históricas, socioambientais e econômicas nas cidades consideradas médias ou pequenas. Segundo caracterização do IBGE, as cidades de porte médio possuem população entre 100

mil e 500 mil habitantes e, em 2010, eram as cidades que mais cresciam no país, que atraíam mais imigrantes e, inclusive, cresciam mais que as capitais. Ainda que a conceituação de cidades médias não deva se restringir apenas à característica populacional, iremos nos ater a esse atributo em função dos limites deste trabalho.

Tendo como pressuposto que o processo segregativo e de fragmentação urbana se constituem num fenômeno significativo nas cidades médias, em especial naquelas com maiores desigualdades sociais e expressiva atuação do capital financeiro e imobiliário e, ainda, que a produção e reprodução do processo de segregação socioespacial se vinculam à concentração contínua e desigual dos investimentos públicos em setores específicos das cidades, o presente estudo objetiva contribuir para a compreensão da produção de cidades médias brasileiras e da segregação socioespacial, tomando como estudo de caso a cidade de Blumenau.

O presente artigo expõe resultados parciais de pesquisa em desenvolvimento que analisa o processo segregativo em cidades de médio porte, examinando a disputa pela terra urbana e as ações do Estado e, em especial, a localização dos investimentos públicos e sua repercussão na dinâmica socioespacial. A pesquisa analisa o caso de Blumenau, município industrial, situado em Santa Catarina, que apresenta alto IDHM, de 0,806, e um alto PIB per capita, o que tem invisibilizado a existência de uma ampla camada de população de baixo rendimento que habita suas áreas periféricas. Inclusive, a cidade apresentou o maior número de aglomerados subnormais do estado (IBGE, 2010), assim como o município de Gaspar, que compõe a área conurbada de Blumenau e apresentou o terceiro maior número de áreas de pobreza nesse recenseamento. A pesquisa desenvolvida buscou apresentar e investigar o processo histórico de produção do espaço de Blumenau, a sua formação econômica, as repercussões da localização das sedes das diversas atividades industriais e as ações do Estado, principalmente a localização dos investimentos públicos relacionados à acessibilidade viária. As investigações sobre a dinâmica socioespacial e os deslocamentos das camadas sociais concentraram-se, em especial, no período entre 1980 a 2020, quando se consolida o processo segregativo, permitindo análises que contribuam para estudos sobre o fenômeno em outras cidades médias, visando a compreensão do fenômeno e desafios a serem enfrentados

Em linhas gerais o método de abordagem da pesquisa abrangeu o método hipotético-dedutivo, buscando testar a ocorrência dos fenômenos expressos nas hipóteses, assim como as relações dialéticas que estas estabelecem. Desta maneira efetuaram-se estudos de caráter histórico, comparativo e estatísticos, apoiando-se em um exaustivo levantamento de dados secundários e mapeamentos para construir relações e evidências através de representações gráficas, como, por exemplo, a elaboração de mapeamentos inéditos da localização populacional por extremos de renda focando-se nas mudanças ocorridas no período 1980-2020. Além disso, e tendo em vista que a segregação socioespacial é um processo histórico, foram levantados indicadores que trouxessem possibilidades comparativas entre períodos analisados, em especial a partir dos anos 1980, quando da ocorrência de desastres ambientais significativos em Blumenau e do processo de crescimento da financeirização da economia e de suas repercussões nas atividades industriais e produtivas até então desenvolvidas. Apesar dos esforços para obtenção de documentações, foi possível obter dados por setores censitários de Blumenau apenas dos Censos Gerais do IBGE de 2000 e de 2010, tendo sido necessário utilizar outros dados secundários (relatórios de pesquisa, artigos, jornais, etc.) para se construir mapas que pudessem estabelecer o procedimento comparativo e auxiliar no entendimento dos deslocamentos espaciais estabelecidos pelas camadas sociais a partir dos anos 1980. Desta maneira, construiu-se mapas com indicadores da localização da população por rendimento médio por setores censitários, e por extremos de renda, e que não seriam confrontáveis; no entanto, deve-se esclarecer que para os objetivos propostos de entendimento da dinâmica das camadas mais ricas e mais pobres ao longo do período analisado, esses mapas constituíram-se informações adequadas.

Considerando-se que a compreensão do processo segregativo exige analisar a dinâmica socioespacial, a qual não se restringe aos limites político-administrativos, mas à totalidade intraurbana de Blumenau, foram também levantados indicadores preliminares dos municípios conurbados, que pudessem contribuir para entender a localização e os deslocamentos territoriais das camadas sociais situadas nos dois extremos de renda. Desta maneira, algumas desses significativos indicadores, como a localização dos investimentos públicos no contexto conurbado, a valorização imobiliária e suas repercussões, assim como aspectos socioambientais, também serão investigadas e analisadas com maior abrangência na segunda etapa da pesquisa.

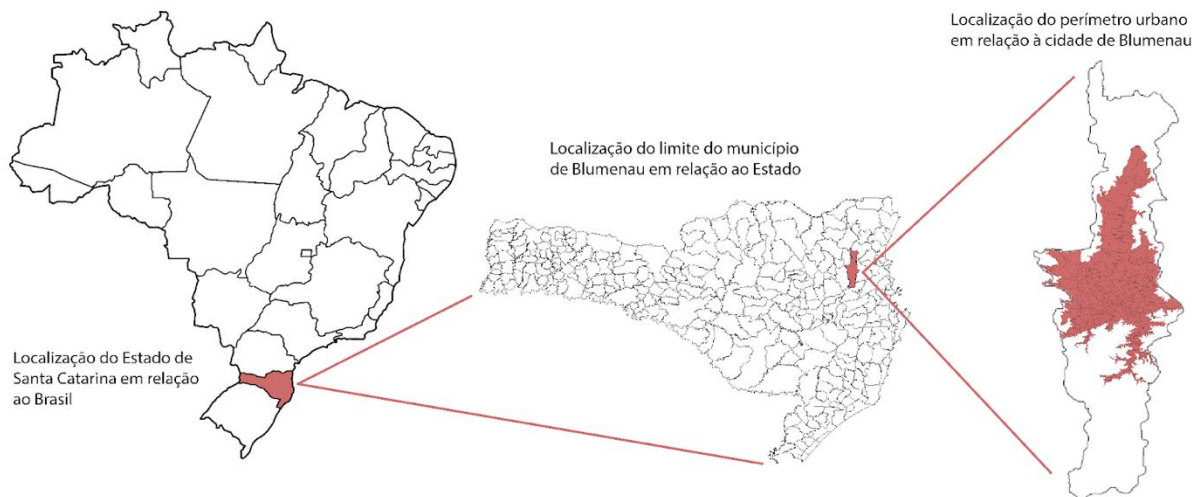


Fig. 1: Localização da cidade de Blumenau. Fonte: Elaboração própria.

2. Processo de produção de Blumenau

Fundado em 1850, como uma colônia particular de imigrantes alemães e de caráter agrícola, o município de Blumenau teve a escolha do seu sítio determinada pela proximidade do rio Itajaí-Açu. A demarcação da ocupação inicial deu-se por estreitos lotes coloniais perpendiculares aos fundos de vale, o que futuramente acarretaria um crescimento linear e radial dos assentamentos, e em uma malha urbana segmentada (Siebert, 1999). Dado o alto grau de experiência técnica e comercial dos imigrantes que sucessivamente chegavam a Blumenau (Mamigonian, 1965), o município passou rapidamente da produção agrícola para a transformação artesanal dos seus produtos e, posteriormente, à escala industrial de produção. Em 1960, Blumenau já detinha importância no ramo fabril, com metade da sua população ativa atuando no setor secundário e, além da atividade têxtil, também uma grande diversidade de produtos, como tabaco, cristais, brinquedos e produtos alimentícios.

A instalação das primeiras indústrias têxteis, como Hering (1880) e Garcia (1885), na região sul do território, teve significativo impacto no modo de ocupação do município. Segundo Mamigonian, constituíram-se nos “motores da urbanização local” (1965:145), o que também ocorreu na região norte, com estabelecimentos como a tecelagem de algodão Karsten (1882). Assim, novos bairros e vias começaram a ser produzidos, bem como várias vilas operárias surgiram nos arredores das instalações fabris, visando contornar os tempos de deslocamento até o trabalho e a precariedade dos meios de locomoção.

Em 2010 Blumenau era a terceira maior cidade do estado de Santa Catarina e possuía mais de 300.000 habitantes, sendo menor apenas que a capital, Florianópolis, e a cidade de Joinville (IBGE, 2012). Blumenau caracteriza-se como cidade média, constituindo-se uma conurbação com mais quatro cidades menores: Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó. No ano de 2000, Blumenau concentrava 35% dos estabelecimentos industriais e 40% dos empregos industriais do Médio Vale do Itajaí (Siebert, 2006). Ademais, Blumenau já concentrava grande parte dos serviços públicos, hospitais, empresas e oferta de empregos da área conurbada, determinando constantes deslocamentos pendulares da população dos municípios vizinhos e uma maior conexão intraurbana.

As indústrias têxteis localizadas em Blumenau foram fundamentais para o seu desenvolvimento econômico, que na década de 1980 teve participação significativa na economia do país, e ao longo dos anos foi tendo uma queda na sua representatividade nacional e estadual (Samagaia, 2010). Contudo, os últimos dados do IBGE ressaltam o alto IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), 0,806 e o PIB (Produto Interno Bruto) per capita, que contrapõe sua posição de cidade com maior número de aglomerados subnormais do estado (IBGE, 2012).

Para além da dinâmica industrial, fatores ainda mais determinantes da ocupação urbana de Blumenau são os aspectos geográficos do Vale do Itajaí e as frequentes cheias do Itajaí-Açu. Devido ao seu relevo acidentado, à ocupação urbana ao longo do rio e à localização a apenas 13 metros acima do mar, constitui-se num dos

municípios catarinenses que historicamente mais sofrem com inundações, deslizamentos de terra e desastres ambientais. Observa-se (Fig. 2) que a parcela plana da cidade está localizada mais próximo das margens dos rios e que o território tem, majoritariamente, declividade acima de 20%. Portanto, esses desastres ambientais cíclicos e sua geomorfologia determinaram diversas consequências na ocupação e valorização da terra e na dinâmica urbana da cidade.

Nas últimas décadas, mais de uma dezena de enchentes foram registradas pela Defesa Civil (2022) no município de Blumenau, sendo algumas das mais notáveis as ocorridas em 1983, 1984 e 2008, devido às cotas atingidas. A recorrência desses desastres naturais e de suas graves consequências revelam o desinteresse por parte do poder público em solucionar o problema social e habitacional, uma vez que os principais atingidos são as populações empobrecidas, excluídas do mercado formal, e que são compelidos a ocupar terrenos inadequados em morros e encostas íngremes para morar. Apenas em 2008, em torno de 1.600 moradores ficaram desabrigados (Herrmann, 2014), como relatam Frank e Sevegnani (2009:51): “A falta de habitação social só ganhou as dimensões e visibilidade de um problema público quando o desastre de novembro de 2008, com seus escorregamentos, destruiu as casas precárias edificadas em sistema de autoconstrução nas áreas de risco e as famílias atingidas tiveram que ser abrigadas nas escolas municipais”.

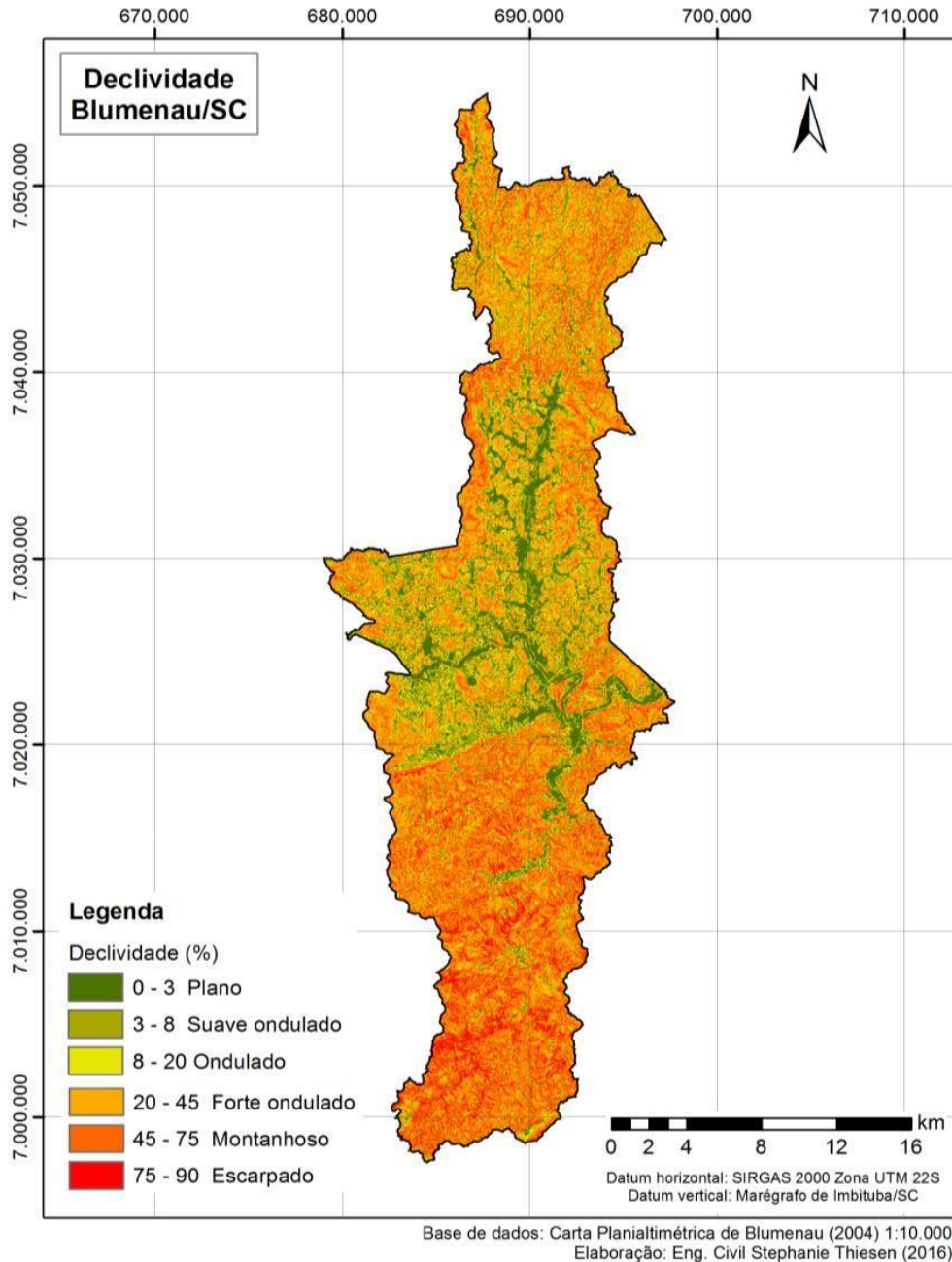


Fig. 2: Mapa da Declividade de Blumenau. Fonte: Eng. Civil Stephanie Thiesen (2016).

2.1 O papel e as ações do Estado nas disputas socioespaciais

Blumenau, assim como a maior parte das grandes e médias cidades brasileiras, constitui-se por duas cidades distintas que coexistem, a chamada cidade legal e a cidade ilegal, sendo a cidade legal aquela que se enquadra nos padrões e normas impostos pelo Estado, e a ilegal aquela que tem suas necessidades majoritariamente negligenciadas pelos poderes políticos (Siebert, 2001), evidenciando territorialmente as desigualdades sociais e todos os conflitos e injustiças delas decorrentes.

Sendo as cidades resultantes espaciais de um acúmulo de ações realizadas naquele meio – que tem como agentes tanto as ações e decisões dos setores estatais quanto o deslocamento e a produção da população-, em uma análise materialista histórica, entende-se o espaço urbano como materialização do processo produtivo vigente. Ou seja, a fim de garantir a própria produção social, os homens, independente de sua

vontade, são inseridos em relações de produção específicas, que dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais até aquele momento histórico e apresentam uma resultante espacial (Marx, 1982).

Com o processo de perda do valor de uso em detrimento do valor de troca, a produção do espaço urbano passou a apresentar como principal característica o consumo do espaço, configurando as cidades como mercadorias, por constituírem parte do processo de acumulação do modo de produção capitalista. Desta maneira, a cidade contemporânea concede acessos desiguais às diferentes classes sociais, configurando o princípio da segregação socioespacial, que está diretamente relacionada com a divisão e luta de classes. Assim, o que determina o acesso ao espaço digno da cidade são “as atividades econômicas que os indivíduos desenvolvem, isso é, a forma pela qual se inserem na divisão social do trabalho” (Pichler, 1980:114).

A segregação socioespacial, constitui-se no processo de concentração de determinadas classes sociais em uma localidade ou conjuntos de bairros, não excluindo a possibilidade de haver o crescimento de outras classes no mesmo espaço, mas definindo uma concentração significativa dessa classe mais do que em outra região (Villaça, 1998). Esse processo não seria decorrente do acaso, mas do acesso às melhores localizações, com serviços e infraestruturas dispostos pelo Estado. Essa concentração também atrai serviços públicos e privados, privilegiando a camada de alta renda com diminuição do tempo de deslocamento, melhor qualidade de vida e investimentos públicos direcionados para essas áreas. Assim, a localização e o deslocamento das classes de alta renda na cidade são ao mesmo tempo produto e produtor do preço da terra, simultaneamente excluindo a população pobre das porções mais privilegiadas do espaço urbano.

2.2 Estado, capital e as mudanças na dinâmica socioespacial em Blumenau nas últimas décadas

O processo de industrialização e urbanização acompanhado da ampliação da migração e da pobreza, resultou na produção irregular de moradias e em um urbanismo segregador, isto porque a proporção entre o salário do operário industrial e o valor exigido pelo mercado imobiliário não permitia a aquisição de uma casa legal (Maricato, 1996). Nesse sentido, a compreensão das dinâmicas socioespaciais das cidades médias pressupõe, então, o estudo do processo de formação dessas cidades ao longo do tempo, considerando as ações estatais, bem como as movimentações do capital de acordo com os interesses específicos de cada momento. Para Blumenau, especificamente, essas dinâmicas foram marcadas pelo processo de industrialização e pelos desastres naturais já mencionados, pela distribuição desigual de equipamentos públicos, pela localização das indústrias e pela expansão da malha urbana.

No final da década de setenta, o Estado passa a interferir mais na produção do espaço urbano, devido ao grande impulso de industrialização e ao crescimento demográfico (Siebert, 1999). Em Blumenau, grandes investimentos em infraestrutura foram feitos nessa época, como a construção da nova rodoviária e o deslocamento da sede da prefeitura do município e diversas obras viárias e pontes. Ambos os equipamentos tiveram seu deslocamento direcionado para a região norte da cidade (Fig. 3), impulsionando o desenvolvimento dessa região na década de oitenta.

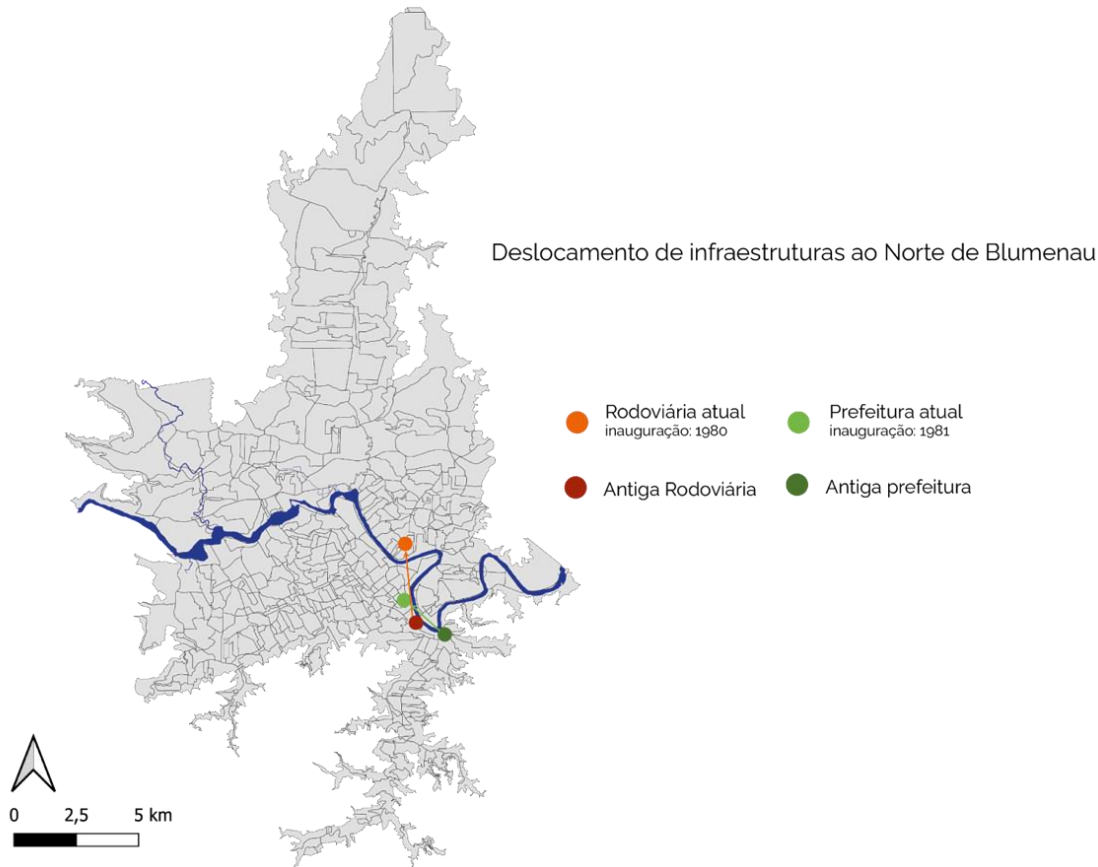


Fig. 3: Deslocamento de infraestruturas ao Norte de Blumenau. Fonte: Elaboração própria com base em dados da prefeitura de Blumenau (2022).

Ainda no final da década de setenta, foi aprovado o primeiro Plano Diretor de Blumenau, elaborado por equipe externa, com pouca participação da equipe técnica da Prefeitura (Siebert, 1999). Esse documento limitou a construção de edificações somente em cotas abaixo de 10 metros acima do nível do mar, entretanto, nas grandes enchentes de 1983 e 1984, a água ultrapassou a cota dos 15 metros, atingindo as áreas ocupadas no centro da cidade. Além disso, o Plano Diretor autorizou a construção de edificações nas áreas centrais com o maior coeficiente de aproveitamento do município, resultando em um centro bastante adensado e com o sistema viário sobrecarregado.

Estando os vetores de crescimento concentrados na região norte de Blumenau durante esse período, demais infraestruturas puderam ser concebidas nessa direção, como foi o caso do Anel Viário Norte (ano de inauguração desconhecido) e a Ponte José Ferreira Silva (Fig. 4), que foram fundamentais na consolidação dessa dinâmica de crescimento. Além disso, esses investimentos foram essenciais para a determinação do preço da terra nessas localidades e da expansão de áreas ilegais.

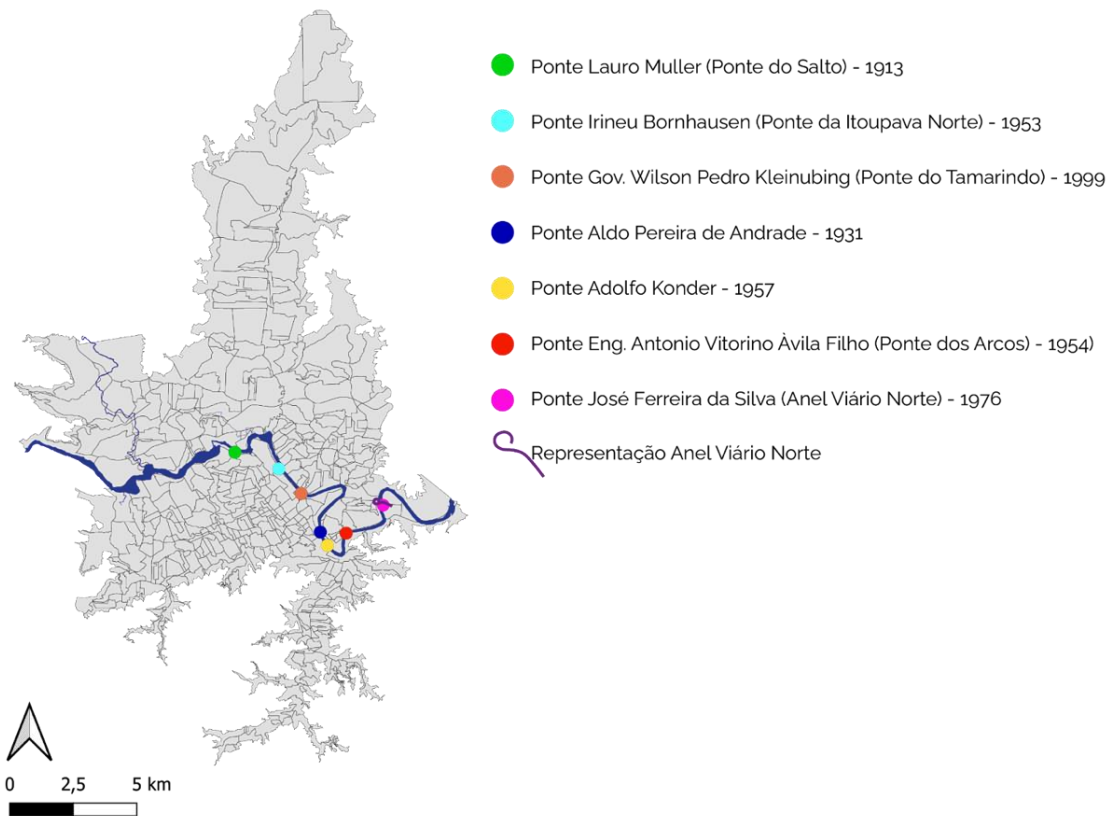


Fig. 4: Localização dos investimentos em pontes em Blumenau. Fonte: Elaboração própria com base em dados da prefeitura de Blumenau (2022).

Contudo, esses investimentos impulsionaram um processo claro de segregação socioespacial nessa área, marcado pela divisão física do rio Itajaí-Açu. Na porção sul do rio, próximo ao Anel Viário, existe a ocupação clandestina do Morro da Pedreira e, na porção norte, o elitista loteamento City Figueira (Siebert, 1999) (Fig. 5), caso capaz de exemplificar a influência do capital Fundiário no processo de desenvolvimento da segregação socioespacial.

Já no começo dos anos oitenta, Blumenau enfrentou duas das maiores enchentes do país, em 1983 e 1984. Nos anos seguintes aos desastres, a cidade passou por um período de retração econômica, com consequências em diversos setores da economia, sendo o imobiliário um deles. Durante esse período, o responsável pelo Plano de Defesa Civil de Blumenau relatou que as moradias localizadas em regiões mais altas da cidade passaram a ser mais procuradas, fato que gerou um aumento expressivo no valor do aluguel, enquanto as áreas sujeitas às enchentes sofreram desvalorização, resultando num cenário onde “a compra e venda de imóveis passou a ser a transação comercial do momento.” (Barreto, 2003:50)

O processo segregativo em Blumenau, que já vinha se estruturando antes das grandes enchentes, encontrou meio de se expandir devido à crise econômica e ao desenvolvimento do setor imobiliário. Contudo, não foi só para o setor imobiliário as consequências dessa dinâmica socioespacial. Naquela época, o setor têxtil era fundamental para o desenvolvimento econômico de Blumenau, mas, depois da crise agravada pelas enchentes, passou por um processo de desconcentração espacial, resultando em um deslocamento tanto de capital quanto de mão de obra qualificada para cidades menores (Singer, 1968; Siebert, 1999). Esse processo pode ser identificado no deslocamento da indústria Albany que, poucos anos depois de ter se instalado em Blumenau, transferiu-se para Indaial, à procura de terras mais seguras contra enchentes.

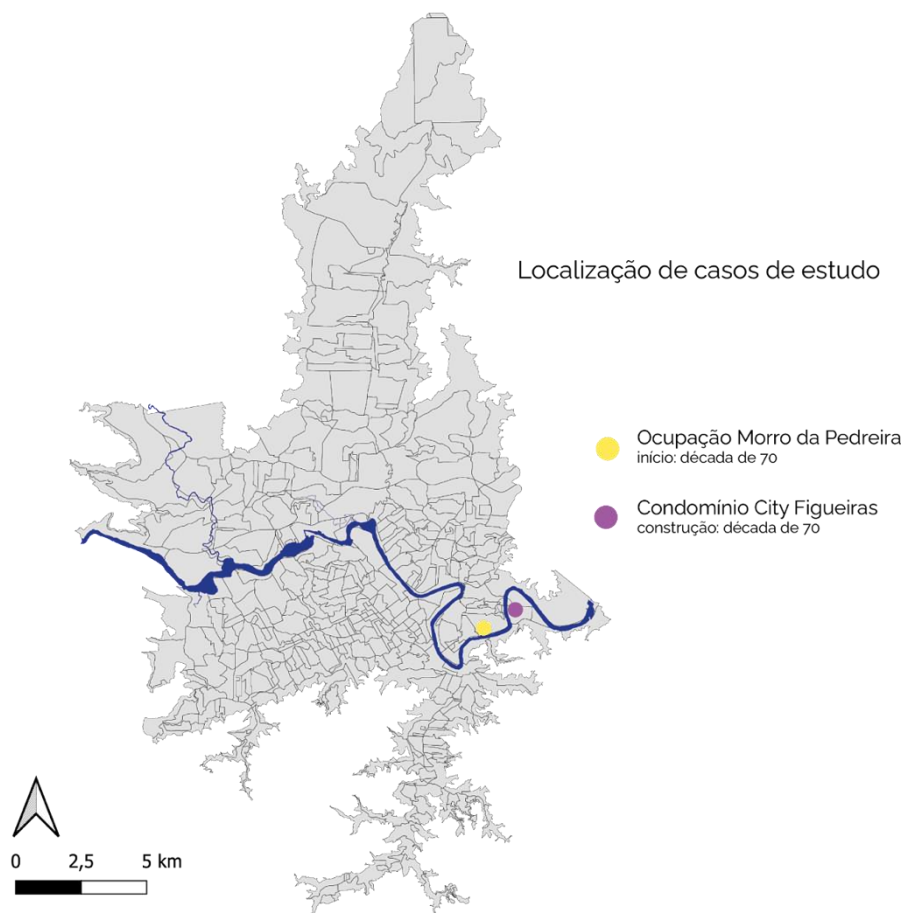


Fig. 5: Localização dos casos de estudo em Blumenau. Fonte: Elaboração própria com base em dados retidos do trabalho de Cláudia Siebert (1999).

Ainda na década de 80, as políticas neoliberais e a consequente precarização das condições de trabalho começaram a ganhar força em Blumenau. Dentre as práticas incorporadas pelas indústrias, estavam a “desregulamentação dos mercados financeiros e a abertura comercial irrestrita” (Tavares e Fiori, 1993: 77). Assim, o cenário era de instabilidade empregatícia e aumento do desemprego, resultando em uma recorrência ainda maior de moradias precárias em terrenos menos valorizados. É possível observar, no mapa de Localização da População por extremos de Renda, da Figura 6, referente à década de 80, que o município de Blumenau já apresentava 13 ocupações irregulares por população de baixa renda e que aproximadamente 6 destas se localizavam próximas às margens do Rio.

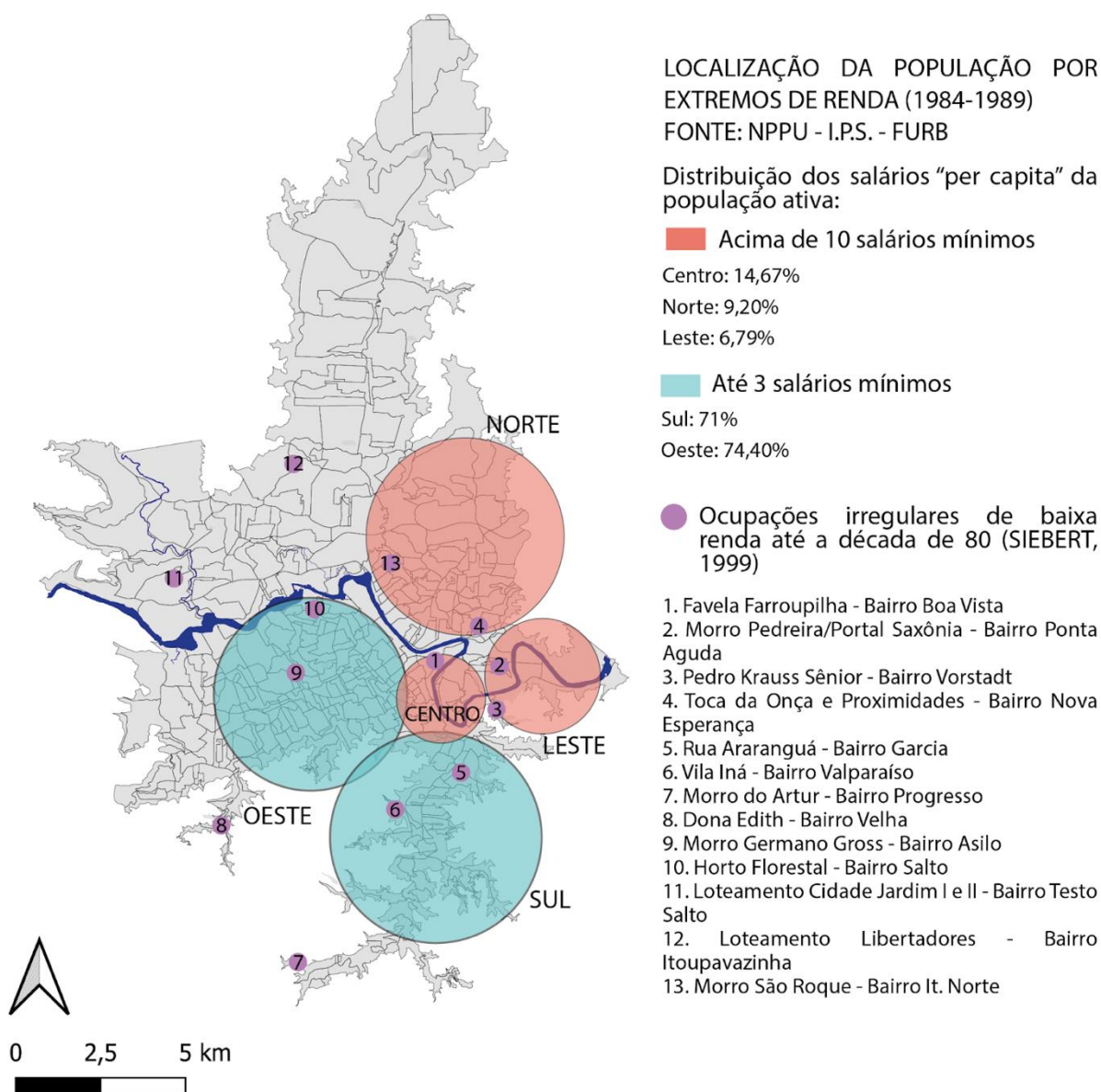


Fig. 6: Localização da População por Extremos de Renda. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do NPPU - I.P.S - FURB (1993).

Já no ano de 2000, a partir de comparação com o mapa da Figura 7, a pesquisa observou que, no período analisado (1980 a 2000), a concentração da localização das áreas residenciais das camadas de mais alta renda se efetivaram nas regiões norte e centro, por um lado, em função da calamidade causada pelas enchentes e, posteriormente, pela abertura de novas frentes de expansão do capital imobiliário, determinadas por ações do poder público, em especial, pelos investimentos em infraestrutura.

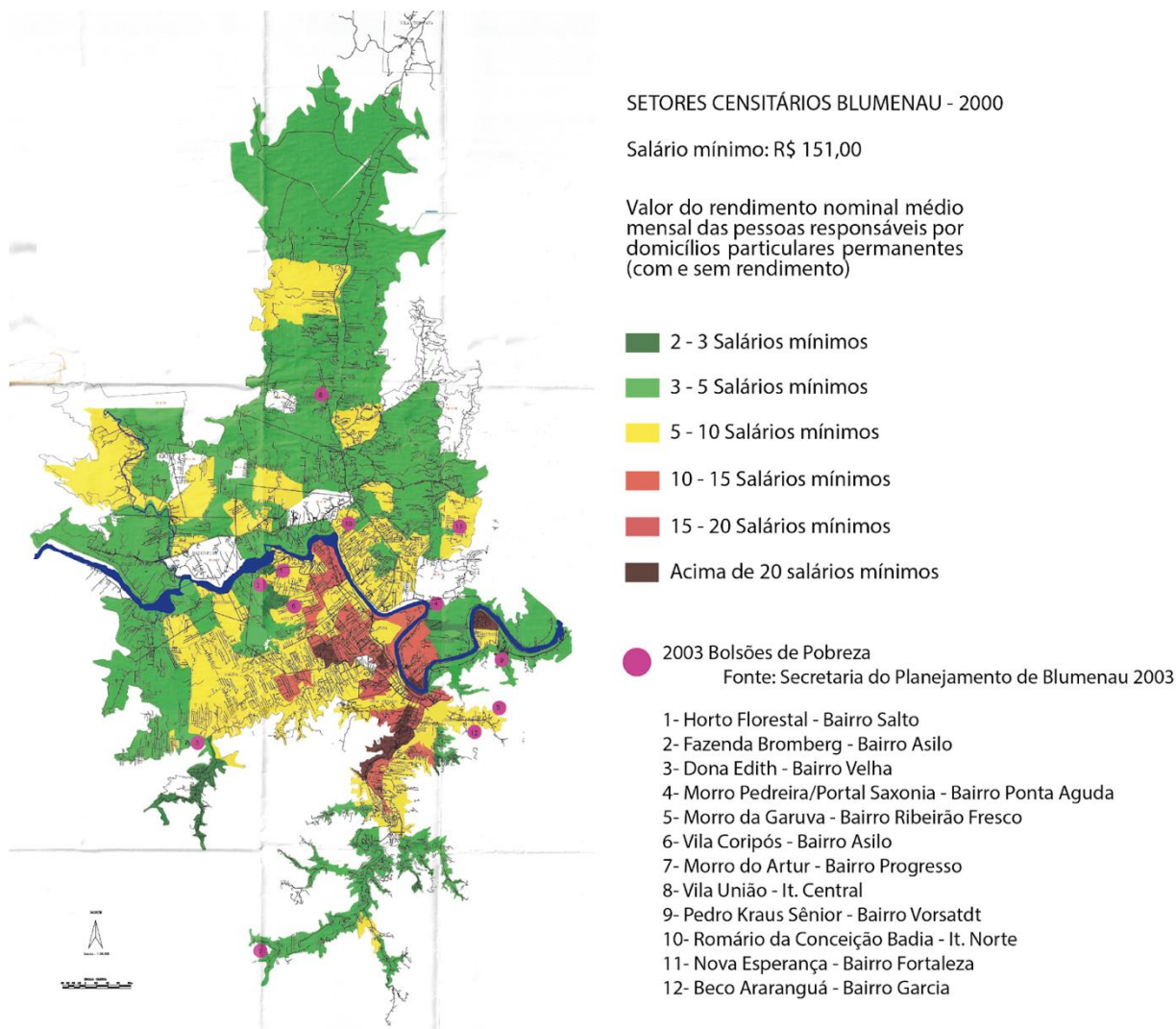
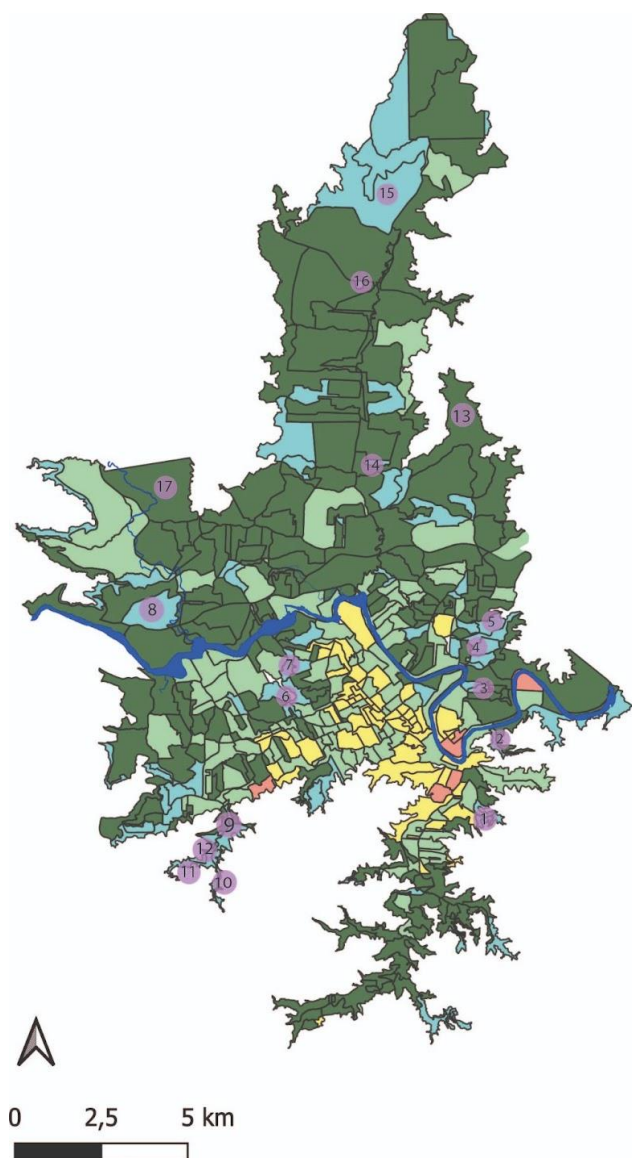


Fig. 7: Mapa dos Setores Censitários de Blumenau em 2000. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

No último levantamento realizado pelo IBGE (2012), em 2010, o censo identificou 17 aglomerados subnormais em Blumenau (Fig. 8) – considerados como ocupações ilegais majoritariamente carentes de serviços públicos essenciais –, sendo esse o número mais alto no estado de Santa Catarina, seguido por Gaspar, evidenciando o grande número de pessoas em situação de moradia precária na área conurbada de Blumenau.



SETORES CENSITÁRIOS BLUMENAU - 2010

Salário mínimo: R\$ 510,00

Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento)

- 0 - 2 Salários mínimos
- 2 - 3 Salários mínimos
- 3 - 5 Salários mínimos
- 5 - 10 Salários mínimos
- 10 - 15 Salários mínimos

● Aglomerados Subnormais

- 1- Rua Araranguá - Bairro Garcia
- 2- Pedro Krauss Senior - Bairro Vorsatdt
- 3- Loteamento Sol Nascente - Bairro Ponta Aguda
- 4- Toca da Onça e Proximidades - Bairro Nova Esperança
- 5- Rua Benjamin Franklin - Bairro Tribess
- 6- Vila Caripós - Bairro Asilo
- 7- Vila Bromberg - Bairro Asilo
- 8- Loteamento Cidade Jardim I e II - Bairro Testo Salto
- 9- Dona Edith - Bairro Velha
- 10- Morro da Figueira - Bairro Velha
- 11- Morro Gervásio João Sena - Bairro Velha
- 12- Morro do Valério - Lot. Itapuá - Bairro Salto
- 13- Morro do Laguna - Bairro Fidélis
- 14- Vila União - It. Central
- 15- Rua Gustavo Zeck - It Central
- 16- Vila Jesen - It. Central
- 17- Vale do Selke - Bairro Testo Salto

Fig. 8: Mapa dos Setores Censitários de Blumenau em 2010. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2012).

Com isso, observamos que a segregação socioespacial encontra, em todos esses processos, novos mecanismos e dinâmicas, tentando sempre manter o controle da disputa pela terra. Os deslocamentos das áreas de concentração das camadas sociais mais pobres são determinados pelo processo de valorização da terra e pelos interesses do capital por certas áreas, determinadas pela distribuição de infraestruturas por parte do Estado. Tal deslocamento é orientado para áreas de risco ou de preservação ambiental ou para as franjas urbanas e municípios vizinhos, assinalando o processo de periferização e conurbação de cidades. Esse conjunto de fatores determinou, em poucas décadas, a consolidação da segregação urbana em Blumenau e de sua geografia, a qual não permite desvelar os territórios de pobreza, as desigualdades e as injustiças decorrentes.

Para as camadas sociais excluídas, a estrutura espacial segregada impede não apenas o acesso aos direitos básicos, como uma moradia digna e bem localizada, mas também dificulta o enfrentamento e a superação dessa condição, pela luta pela autonomia, pela participação e controle da gestão pública, numa perspectiva da emancipação social.

3. Conclusão

A pesquisa trouxe evidências empíricas expressivas que contribuem não apenas para aprofundar a compreensão da dinâmica intraurbana e as disputas socioespaciais que envolvem a produção do espaço urbano, mas também expor o caso da segregação socioespacial numa cidade industrial de médio porte. Destacam-se fatos ocorridos em Blumenau, e que se reproduzem nas demais cidades médias industriais, como o processo de concentração de renda, a financeirização do espaço construído e da moradia, a crescente precarização do trabalho e, principalmente, o aumento da pobreza e das desigualdades socioespaciais que se ampliaram nos anos recentes.

Os resultados parciais da pesquisa evidenciam que, no período analisado, os deslocamentos na localização das áreas de concentração residencial das camadas de mais alta renda se efetivaram, por um lado, em função da calamidade causada por fortes inundações do rio Itajaí que, na década de 80, alteraram a dinâmica imobiliária de Blumenau e, nas últimas décadas, pela abertura de novas frentes de expansão do capital imobiliário, determinadas por ações do poder público, em especial, pelos investimentos em novas vias e pontes. Deve-se observar que, em 2017, das 13 pontes existentes no município, cerca de 8 foram executadas nos bairros centrais e ocupados pelas camadas de maior rendimento. A consequente valorização da terra e os interesses do capital pela apropriação dos bairros centrais e com melhor infraestrutura, por sua vez, também determinaram o deslocamento e a expansão das áreas de concentração das camadas sociais mais pobres, seja através da ocupação de territórios frágeis ou de preservação ambiental, ou pela sua periferação, com a ocupação das franjas urbanas e municípios vizinhos. Esse conjunto de fatores determinou, em poucas décadas, a consolidação da segregação urbana em Blumenau e de sua geografia, a qual não permite desvelar os territórios de pobreza, as desigualdades e as injustiças decorrentes.

Os levantamentos indicaram também que entre os anos 1980 e 2010, houve expressivo crescimento populacional e expansão urbana de Blumenau, ampliando ocupações mais periféricas em direção aos municípios vizinhos, consolidando o processo de conurbação. E nesse processo de novas ocupações as camadas que mais se deslocaram territorialmente foram as camadas de mais baixa renda, expandindo as áreas de informalidade e pobreza. Deve-se observar que, devido às características geográficas e morfológicas do município, esse deslocamento das camadas mais pobres não ocorreu de maneira retilínea, uniforme ou concêntrica, mas de modo acidentado, seguindo a sinuosidade, as barreiras e a declividade dos morros e rios, abrindo novos acessos em locais distantes e de difícil visibilidade pelo conjunto da população.

Se a concentração de renda, as disparidades na localização dos investimentos públicos e o aumento das desigualdades sociais garantem a reprodução da lógica da acumulação e do capital, a segregação espacial, ao favorecer a concentração espacial das camadas com maior poder econômico e político, contribui para a reprodução dessas relações de poder. Para as camadas sociais excluídas essa estrutura espacial segregada impede não apenas o acesso aos direitos básicos, como uma moradia digna e bem localizada, mas também dificulta o enfrentamento e a superação dessa condição, na luta pela autonomia, pela participação e controle da gestão pública, numa perspectiva da emancipação social.

A redução das desigualdades sociais e da segregação espacial exige ações de caráter multidimensional, intensivas, com políticas públicas contínuas e que rompam o círculo vicioso de distribuição de recursos, garantindo a participação popular na decisão sobre a localização dos investimentos públicos, na execução de moradias dignas, bem localizadas, com serviços públicos, infraestrutura urbana e demais ações inclusivas. “Se a meta é a redução das desigualdades, será preciso inverter as prioridades estabelecidas pelas forças hegemônicas que secularmente controlam a produção do espaço urbano” (Sugai, 2015: 198). Nesse sentido, a reprodução desse padrão de cidade segregada, evidencia a necessidade de se recolocar em perspectiva novos desafios para o século XXI, que permitam conhecer, enfrentar e reverter a propagação desse modelo conflagrado, socialmente excludente e ambientalmente nefasto que hoje se expõem como alternativa para centenas de pequenas e médias cidades brasileiras.

Referências

Arretche, M. Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais. In Arretche, M. (org) (2015). *Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*. São Paulo: Editora da Unesp.

- Barreto, A. B. (2003). 1983 - A Grande Enchente. *Revista Blumenau Em Cadernos*, 07/08, 41- 53.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003). *Censo Brasileiro de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Frank, B. e Sevegnani, L. (org.). (2009). *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí. Água, gente e política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí.
- Herrmann, M. L. (org.). (2014). *Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina: período de 1980 a 2010*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.
- Mamigonian, A. (1965). Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: Separata.
- Maricato, E. (1996). *Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec.
- Pichler, W. A. (1980). *Algumas observações sobre o conceito de marginalidade social*. Ensaio Fee, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 109-122, jan.
- Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Prefeitura Municipal de Blumenau e Secretaria de Defesa Civil (2022). *Enchentes Registradas no Município de Blumenau*. Mar., 29. <https://alertyblu.blumenau.sc.gov.br/p/enchentes>
- Ribeiro, A.C.T. Sentidos da urbanização: desafios do presente. In Sposito, E.S., Sposito, M.E. e Sobarzo, O. (orgs) (2006). *Cidades médias: produção do espaço urbano*. São Paulo: Expressão Popular, 1ª.ed.
- Rolnik, R. (2015). *A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.
- Samagaia, J. (2010). *Globalização e Cidade: reconfigurações dos espaços de pobreza em Blumenau/SC* (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Siebert, C. (2001). *A evolução urbana de Blumenau: o (des)controle urbanístico e a exclusão sócio-espacial*. In: IX Encontro Nacional da ANPUR - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro.
- Siebert, C. (2006). *Indústria e Estado: A reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do Médio Vale do Itajaí*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Singer, P. (1968). *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. SP: Cia Editora Nacional.
- Souza, P.H.F. (2018). *Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Anpocs.
- Sugai, M.I. (2015). *Segregação Silenciosa. Investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Tavares, M. C. e Fiori, J. L. (1993). *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Vidor, V.(coord.) (1985). *O processo de ocupação e crescimento na periferia urbana de Blumenau: relatório final 1985*. Blumenau: FURB.
- Villaça, F. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute.